



CNBB



SSB

6ª Semana Social Brasileira
Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho

MUTIRÃO POR ECONOMIA: ALTERNATIVA AO MODELO ECONÔMICO



CADERNO 2

Coleção Mutirão de Formação

Brasil, 2020

Promoção:

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora

Presidente: Dom José Valdeci Santos Mendes

Assessor: Frei Olávio Dotto

Coordenação:

Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Comissão Pastoral da Terra

Conselho Pastoral dos Pescadores

Movimento dos Trabalhadores sem Terra

Movimento pela Soberania Popular na Mineração

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Oliveira

Pastoral Operária

Rede Jubileu Sul Brasil

Serviço Pastoral dos Migrantes

Setor de Mobilidade Humana da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Diagramação: Mateus Leal

Secretaria Executiva: Alessandra Miranda

Organização e formato de conteúdo: Alessandra Miranda

Assessoras de comunicação: Osnilda Lima e Jucelene Rocha

Revisão: Elisangela Dias, Francisco José Correia de Araújo e Jane Greco

Apoio

Misereor

Caritas Alemã

Sumário

- 04** Apresentação
- 07** A economia de Francisco e Clara
Eduardo Brasileiro
- 15** Alternativas ao modelo econômico
na América Latina
Sandra Quintela
- 19** Economia existe com gente viva
Rede Jubileu Sul Brasil
- 23** Perspectivas da Economia Popular Solidária:
Trabalho, Reciprocidade e Autogestão
Roberto Marinho
- 27** Sistema da dívida pública, desafios
para superação do modelo atual
Maria Lucia Fattorelli
- 33** Terra, Trabalho e dinheiro no contexto
de uma economia humana e ecológica
Guilherme Delgado



APRESENTAÇÃO

“Pessoas são mais importantes que a economia.”

Papa Francisco

A 6ª Semana Social Brasileira tem a alegria de apresentar e disponibilizar a todas as pessoas mobilizadoras dos mutirões pela vida, o **Caderno 2 – Mutirão por Economia: Alternativa ao modelo econômico**.

O **Caderno 2** faz parte da **Coleção Mutirão de Formação**, composta por cinco cadernos, são eles:

Caderno 1

Mutirão por Democracia: transformações sociopolíticas e participação social

Este caderno aprofunda sobre o primeiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **democracia** e os temas gerais para reflexão e debate sobre os processos democráticos e de cidadania. São eles: análise de conjuntura; educação popular; religião e política; juventudes; comunicação não violenta; reforma do sistema político e tecnologia.

CADERNO 2

Mutirão por Economia: alternativa ao modelo econômico

Este caderno apresenta elementos para o debate sobre o segundo eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **economia**. São eles: economia de Francisco e Clara; modelo econômico na América Latina; Economia Popular Solidária; dívida pública; economia humana e ecológica.

Caderno 3

Mutirão por Soberania: autonomia democrática e desenvolvimento territorial

Este caderno disponibiliza reflexões sobre o terceiro eixo estrutural da 6ª Semana Social Brasileira, a **soberania**. São elas: soberania nacional popular e democrática; desenvolvimento e soberania alimentar.

Caderno 4

Mutirão por Terra, Teto e Trabalho: território, direitos sociais e cidadania

Este caderno apresenta o debate sobre os temas centrais da 6ª Semana Social Brasileira: **terra, teto e trabalho**. São eles: territórios; comunidades tradicionais; direito à cidade; desigualdades; mineração; energia; mulheres e trabalho; questão agrária; racismo; direito à água; encarceramento; Sistema Único de Saúde - SUS; migração e tráfico de pessoas.

Caderno 5

Ecologia Integral: o sagrado e o Bem Viver dos povos

Este caderno aprofunda conteúdos sobre a dimensão da mística e espiritualidade, os povos originários e o sagrado no compromisso com a vida do planeta. São eles: povos indígenas; profecia; espiritualidade; direitos sagrados; bem viver; ecologia e povos da Amazônia.

Os cinco cadernos estão organizados com a intencionalidade política e pedagógica de gerar processos de formação sobre os elementos que estruturam as questões sociopolíticas do país e a dimensão da mística e da espiritualidade presentes nas ações das pastorais e dos movimentos sociais. Os conteúdos tem o formato de artigo ou texto, para ser aprofundado de forma individual e coletiva.

A ***Coleção Mutirão de Formação*** é composta por cinco cadernos, totalizando 39 artigos e textos. A pastoral, movimento social, grupo ou coletivo tem a autonomia para conhecer o material e organizar o melhor caminho para trabalhar os conteúdos, fazendo a escolhas dos assuntos e temas que estão mais presentes nas realidades locais, dentro do planejamento das atividades da 6ª Semana Social Brasileira. A maioria dos artigos e textos trazem as *perguntas geradoras* para o debate e aprofundamento.

Aproveitem! O mutirão começou!



Dedicamos às pessoas que atuam no fortalecimento das formas de economia onde a vida está em primeiro lugar.

Agradecemos pela dedicação e gratuidade das mulheres e homens que compartilham seus saberes neste caderno.

A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

Eduardo Brasileiro*

Remar juntos é partilhar. É assim que se inicia o desejo do Papa Francisco em fazer do seu pontificado um serviço à humanidade por meio da partilha ao propor o cuidado com a casa comum, terra, trabalho, teto, e dentre outros pilares de seu magistério, um encontro global para discutir novas matrizes econômicas. Sobre a qual iremos discorrer neste artigo. Ao propor a “Economia de Francisco”¹, o Papa traz narrativas divergentes do *status quo* para dialogar e compreende o desafio proposto: **reivindicar a centralidade da vida (biocêntrica)** em oposição à centralidade do homem (antropocentrismo) e do consumo sobre as coisas (consumismo).

Na busca de construir reflexões pertinentes diante de inúmeras crises que nos assolam, o Pontífice vem dialogando com grandes os pensadores deste século, mas igualmente, crê firmemente no que viu, ouviu e pensou diante dos imigrantes de Lampedusa - Itália (2013), dos movimentos populares em Santa Cruz de La Sierra - Bolívia (2015), e com os povos indígenas em Puerto Maldonado - Peru (2018).

No que crê o Pontífice? Crê que esses eventos, marcados pela cultura do encontro, são filhos do mutirão². Porque gestam o povo como dono de sua história. Tateiam o ensejo de povos do mundo inteiro numa “*economia diferente, [que faz viver, e não mata; inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida da criação e não a depreda](#)” (4).*



1 Trata-se de um encontro mundial pela economia de Francisco, em referência ao Pobrezinho de Assis que, no Séc. XIII, deixou a fortuna para abraçar a igualdade e a natureza. O Papa explica que Assis é o lugar apropriado para inspirar uma nova economia, pois foi ali que Francisco se despojou de todo mundanismo para escolher Deus como bússola da sua vida, tornando-se irmão de todos. (VATICAN NEWS, 2020)



2 Expressão que é símbolo do projeto democrático popular em exercício direto no combate ao projeto neoliberal, um sinal de que o povo organizado pode ser o sujeito de sua história.

Acertadamente, Francisco quer reunir os povos de todo o planeta e com eles construir um projeto que abarque jovens ativistas de movimentos populares, cientistas e empreendedores. Com esses, numa pressão imediata de **mudança de processos econômicos, sociais e políticos**, também quer criar condições concretas ao reivindicar o imaginário popular do que foi aclamado pelo Fórum Social Mundial de 2001³ em Porto Alegre/RS: **Um outro mundo é possível!**

No Brasil, atendendo aos chamados do Papa Francisco, afirmamos

Nossa proposta de uma economia baseada no feminino, no cíclico, na acolhida, no cuidado e no afeto, pressupõe uma transição radical nos modos e nas formas de produção linear, masculinizada, que impõe uma visão de progresso baseada na extração. Assumimos uma compreensão circular dos processos produtivos. Também expressa um profundo compromisso ético com as gerações que estão por vir (3).

Na Carta de Clara e Francisco - elaborada pelos/as jovens, ativistas e pensadores/as brasileiros/as destinada ao Papa e ao encontro em Assis - foi expresso o compromisso com as gerações futuras pelo cuidado com a Casa Comum, um atitude imediata no enfrentamento aos combustíveis fósseis no intuito de **retomar um processo energético assentado em energias limpas e renováveis**.

Clara de Assis entra no mutirão brasileiro de novas economias a partir de uma inflexão profunda: uma proposta na qual o feminino e o masculino caminham necessariamente lado a lado, sem primazia. Rejeitando, portanto, a perspectiva patriarcal ligada à economia marcadamente materialista, produtivista e extrativista. Essa perspectiva marca a **passagem da acumulação para a cooperação, da exploração para a sustentabilidade, do egoísmo para a generosidade**.



3 <http://forumsocialportoalegre.org.br/2015/10/30/especial-fsm-2001-o-ano-em-que-o-sul-descobriu-que-um-mundo-novo-era-possivel/>



O desafio centra esforços na definição de um novo parâmetro curricular para os cursos da economia e para toda a educação formal. O ensino tecnicista, ao priorizar o domínio de mecanismos e de burocracias, afasta-se cada vez mais do princípio educativo do desenvolvimento do pensamento crítico em todas as redes de ensino do mundo. Como nos diz Marcos Arruda (2), em “Educação para uma Economia do amor”: *A criação do conhecimento não é um monopólio dos que estudaram nos livros e nas escolas; ao contrário, é um processo acessível a todos aqueles que têm uma prática.* **Novo pacto educativo para uma educação libertadora capaz de pensar, sentir e agir com autonomia na construção de novas sociedades.**

Cabe perceber aqui as convergências entre as demandas das periferias do mundo, ecoados pela voz de Francisco, passam a ser “*Economias*”. Conforme a Carta de Clara e Francisco a partir do encontro de planejamento com os jovens rumo a Assis, identificamos

Economias no plural: economias solidárias e populares, criativas e colaborativas, camponesas e tradicionais, circular e ecológica. As economias da dádiva, da festa comunitária, da comunhão. As economias feministas, das mulheres e do cuidado doméstico. As economias digitais e do software livre, da economia da cultura, do mundo do trabalho, enfim. As economias vivas. Do coletivo, do comum. (UNISINOS, 2019).

Ao pensar sobre economia mundial na contemporaneidade, na “a regra da casa” para produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços, nos deparamos a desigualdade social e com outros temas que nos chama atenção como a realidade da pandemia covid-19 que ecoou o fato de cerca de 4 bilhões de pessoas não têm proteção social alguma (Política Governamental de amparo e manutenção da vida humana), 19,9 milhões de crianças sem vacinas durante o primeiro ano de vida, 3 bilhões de pessoas de todo o mundo sem uma pia, com sabão e água, em casa.

A pandemia desnudou todas as agudas desigualdades sociais existentes no país. Embora ela venha afetando toda a população, sem distinção de classe, raça e gênero, a intensidade com que a doença chegou às periferias, em oposição aos bairros ricos, é muito diferente, pois o sofrimento que lá impera é fruto maléfico de privatização, sucateamento das políticas públicas que há 30 anos tem sido impostos pelo capitalismo neoliberal.

A política de austeridade imposta pelo neoliberalismo erigiu uma doutrina copiada em todas as esferas políticas do mundo a partir da qual, o esvaziamento do Estado (nosso mediador) reduz políticas públicas e o espaço democrático (espaço educativo para a autonomia e liberdade) para alimentar o mercado financeiro.

Temos então, o domínio de uma narrativa tecnicista e meritocrática que não reconhece os problemas estruturais do Brasil, como o racismo, machismo, desigualdade de renda e desigualdade espacial, no intuito de fomentar uma política sufocante de precarização da vida. Iniciou uma *necropolítica* com a redução dos investimentos públicos, - portanto daquilo que é comum a todos – e aprofundou a distorção dos organismos de participação e consulta.

Vazios de nós, somos ofertados à trindade desta doutrina desprezível: **competir, acumular e consumir**. A superficialidade toma de assalto à solidariedade. E o enfrentamento dessa crise, nas palavras do Papa Francisco, *In Laudato Si* (2015), está em compreender a totalidade do desafio: “*Não temos uma crise social e outra ambiental, temos uma complexa crise socioambiental*” (4). E assim,

novos caminhos são abertos para se reconstruir as engrenagens da coletividade e da cultura do encontro que hoje promovemos num chamado global para **realmarmos⁴ a economia**.

Realmar a economia corresponde a centrar esforços em uma crescente autodependência comunitária. Pois, a partir de um grau de desigualdade, não é possível mais governar. Os países correm cegamente numa disputa contra as finanças do planeta. Enquanto mercados e corporações passeiam pelos países livremente, a regulação se espalha fragmentada em 193 países - cada um puxando para o seu lado. Os mercados riem e conspiram, usam do descaso. Por exemplo, o desvio financeiro do Brasil onde há perspectiva de haver 2,5 trilhões de reais em paraísos fiscais, ou seja, cerca de 1/3 do PIB do país considerando alguns anos atrás.

Portanto, é preciso reconhecer uma nova arquitetura econômica oriunda das comunidades, do povo, gerado por mutirões nos quais se delimita as dimensões locais, os traços autônomos de economias regionalizadas, convergindo em bancos comunitários e em economia solidária. E ainda a *dissociação seletiva e temporal do mercado mundial* ([ACOSTA Apud](#) Jürgen Schuldt, 2016), retomando a soberania alimentar, por exemplo.

Realmar a economia está em superar o modelo de desenvolvimento. Reconhecer que o problema não é da economia, e sim de organização da vida econômica. E, portanto, estabelecer a economia de suficiência, sobre a qual Francisco e Clara de Assis, os povos amazônicos e andinos têm muito a nos ensinar, no intuito de frear a lógica de eficiência que se desdobra na acumulação global materialista.

O equatoriano Alberto Acosta (2016), presidente de Assembleia Constituinte que reconheceu no Equador os direitos da mãe terra, afirma que é preciso



4 O verbo realmar, é uma expressão linguística não dicionarizada que corresponde: devolver a alma para alguém ou alguma coisa; alma, neste sentido, significa energia vital, criatividade fraterna, inclusão, justiça e paz. Dentre outros conceitos que serão abordados no texto.

[...]crer no autocentramento como desenvolvimento das forças produtivas endógenas, incluindo recursos produtivos locais e os correspondentes controle da acumulação e centramento dos padrões de consumo. Tudo deve ser acompanhado de um processo político de participação plena, de tal maneira que se construam contrapoderes com crescentes níveis de influência no âmbito local (3).

Para economistas ortodoxos é importante ressaltar que não se trata de “substituições de importações”, e sim, do destaque de uma essência: Um mercado interno que capacita o viver com o nosso e para os nossos.

Realmar por uma economia da proximidade. Vandana Shiva (2020), a indiana, ecofeminista, fundadora do *movimento Navdanya* e uma das parceiras do Papa Francisco nesse processo de novas economias, ensina que ao longo de três décadas, as periferias do mundo provaram, a partir do *mutirão* que os sistemas de produção de policultivos locais e ecológicos são capazes de prover alimento à população sem empobrecer o solo, poluir a água e danificar a biodiversidade. Shiva (6) *realma a economia* na percepção de dialogar com a terra, compreendendo seus processos; é o fio condutor para superação da indústria do remédio e da doença, em busca da saúde integral.

A emergência sanitária, vivida em 2020, desnuda o fato de que, quando há vontade política, é possível reverter o processo de globalização. Além disso, a crise civilizatória e sistêmica revela o último véu de hipocrisia do que muitos analistas chamam de “ordem liberal”, ou de “hegemonia americana” do século XX. Desse modo, urge **realmar a organização popular**, que no aspecto político, está por repensar profundamente um processo autodependente e participativo, criando fundamentos para uma ordem conciliadora de economias solidárias e de sociedades democráticas.

Realmar a economia com o mutirão é entender que não há receita pronta, e somente com o encontro e participação de todos que acreditam em **outros mundos possíveis**, conseguiremos construir novas possibilidades. Há uma geografia submersa no Brasil de povos gestando a mudança. Esse fator denota a importância de dar a conhecer as inúmeras iniciativas globais de projetos alternativos, que nos **ungem de esperança**.

A solidariedade como nova economia toma destaque no cenário da pandemia que nos aflige em 2020. Possui, potencialmente, espaços para nova resistência e para enfrentamento das ideias autoritárias ressurgidas com ímpeto nos últimos tempos. A solidariedade possui potências econômicas absurdamente poderosas ao exigir para todas as pessoas **terra, teto e trabalho**.

Esses gestos introduzem valores na sociedade, processo que será acompanhado certamente, por uma nova forma de organizar a economia. A Economia de Francisco e Clara é filha do mutirão, das periferias urbanas e rurais desse país, o Brasil, corre nas veias dos povos, sacramenta-se na história quando dois ou três sonham, concretizam e partilham. **Vida longa ao mutirão**.

* **Eduardo Brasileiro** é Sociólogo, membro da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara (ABEFC), participará com mais de 200 jovens brasileiros do encontro em Assis com o papa Francisco. É educador social na Zona Leste de São Paulo (SP) e membro de um coletivo de paróquias chamado Igreja Povo de Deus em Movimento, em Itaquera (SP).

Bibliografia

[ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Autonomia Literária. São Paulo. 2016.](#)

ARRUDA, Marcos. “Educação para uma Economia do amor”. Ed. Ideias e Letras, São Paulo, 2009.

FRANCISCO, Papa. Economia de Francisco: construir novos caminhos. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-02/editorial-economia-francisco-construir-novos-caminhos-assis.html>

FRANCISCO, Papa. Laudato Si, 2015. Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

FRANCISCO. *Carta convite para o Encontro Mundial Economia de Francisco*. Roma, maio de 2019: Disponível em: http://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2019/documents/papa-francesco_20190501_giovani-imprenditori.html

SHIVA, Vandana. “Um vírus, a humanidade e a terra, artigo de Vandana Shiva”. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/04/16/um-virus-a-humanidade-e-a-terra-artigo-de-vandana-shiva/>

UNISINOS. Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara. *Carta da delegação brasileira ao encontro em Assis, Itália*. Novembro de 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/594766-carta-de-clara-e-francisco-direto-do-brasil-para-o-encontro-mundial-em-assis>

ALTERNATIVAS AO MODELO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA

Sandra Quintela*

Toda a América Latina e Caribe transbordam riqueza. Da fronteira com o ganancioso Tio Sam, das terras dos Tarahumaras às terras dos Mapuches, na Patagônia o que podemos observar é uma diversidade de culturas, de comidas, de festas, celebrações, espiritualidades, enfim, formas diversas de estar e ser nesse mundo. Passando pelos garifonas, caribenhos, quilombolas e toda a resistência e ancestralidade do povo negro.

Isso do lado dos povos. De outro lado, o lado do modelo econômico implementado pelos governos e empresas, o que vemos é uma espécie de monocultura. Parece uma coisa só. Grandes projetos de hidrelétricas, agronegócios, pecuária extensiva, especulação imobiliária expulsando massas de trabalhadores para as periferias urbanas, a precariedade da moradia no campo e na cidade; a violência contra os que lutam, como prática política; a militarização crescente como modelo de política pública. E muito mais poderia ser dito desse “latifúndio” que se tornou o modelo de desenvolvimento capitalista. O papa Francisco denuncia o modelo de desenvolvimento “anônimo, asfixiante, sem mãe, com sua obsessão pelo consumo e seus ídolos de dinheiro e poder”.

Esse “trator de esteira” desse modelo entra de sola sobre os territórios no campo e na cidade. E como reagem os povos? Que alternativas apresentam? Como conseguem manter por séculos de colonização e exploração violenta seus modos de ser e de viver?

Uma forma de entender esse modo de vida dos povos originários na América Latina é exatamente a perspectiva do Bem Viver como forma de conviver com as diferenças multifacetadas da vida, a valorizar a diferença das diversas culturas e integralidade entre os



corpos individuais e seus territórios. Bem viver é também lutar de forma permanente para a descolonização de suas terras, pensamentos e tradições.

Nesse sentido a encíclica papal *Laudato Si'* resgata o sentido profundo do Bem viver quando convida a uma “corajosa revolução cultural” (n. 114) e uma “mudança radical na compreensão e prática da economia” (n. 194), buscando incessantemente alternativas ao modelo do descarte e à economia do saque.

Economia é de onde tiramos nosso sustento material. Eco=casa. Nomia= normas, formas de organização. As populações tradicionais e suas economias garantiram e continuam tentando garantir essa sustentação material por suas próprias formas de organização local, ligada à natureza. Convoca-nos ao desafio que precisamos alcançar, que é a satisfação das necessidades humanas para que todos tenham terra, teto e trabalho.

A terra, o ar e a água não podem ser mercadorias precificadas e vendidas como commodities. O acesso a elas é direito de todos, o cuidado delas é dever de todos e todas.

As mulheres são as principais defensoras desses bens comuns. E elas estão entre as pessoas mais pobres em todo o mundo. São elas que pagam o preço mais alto pelos impactos desse modelo econômico que produz desastres socioambientais. Quem busca água com potes na cabeça quando a água do rio já não passa mais perto de sua casa? Ou quando falta água nas periferias urbanas? Quando alguém adocece, quem cuida? E sabemos que esse modelo de morte adocece ainda mais as pessoas. As mulheres, em toda América Latina e Caribe estão à frente nas pastorais sociais, movimentos sociais e ambientais, nas organizações de base. Muitas mulheres no campo e na cidade estão organizadas. São as camponesas, indígenas, quilombolas, moradoras de favelas e muitas mais. Estão na defesa de direitos sociais, de seus corpos e territórios. Formulando alternativas e resignificando as resistências.

Essencial também quando pensamos as alternativas enfrentar o tema da dívida pública. Não só a dívida financeira que drena bilhões dos cofres públicos para abastecer os bancos e sistema financeiro, mas, também como denuncia o Papa em sua Encíclica, a ‘dívida ecológica’, ou seja, a dívida que é gerada com a própria natureza e com os povos, extraíndo hoje da natureza mais do que ela é capaz de nos dar sem pôr em perigo sua própria restauração. Não dá nem para contar o tamanho dessa dívida...

Portanto, como resume bem Gael Giruad em entrevista ao IHU •, os desafios postos por Papa Francisco para que tenhamos uma ecologia integral e terra, teto e trabalho:

“..Primeiro ponto muito concreto: a Encíclica recomenda neutralizar o poder dos banqueiros. Já era o que dizia o Papa Pio XI, [14] em 1931, em sua encíclica *Quadragesimo Anno* [15].

Segundo ponto: a Encíclica evoca também muito claramente a necessidade de os países do Norte aceitarem “certo decrescimento”. É preciso romper com o produtivismo, a loucura da concorrência de todos contra todos, do crescimento do PIB a qualquer custo.

Em seguida, em seu grande discurso de Santa Cruz de la Sierra, Francisco diz, de forma ainda mais clara do que na Encíclica, que a

“chave” são os pobres. São eles que inventarão formas humanas e dignas de vida.

A economia solidária, a partilha, as cooperativas, a agroecologia, são exemplos dessas resistências. Dessas tentativas de enraizar, resignificar o Bem Viver!

***Sandra Quintela** é economista, educadora popular, feminista, integrante da coordenação América Latina e Caribe da Rede Jubileu Sul e vice-presidenta do Instituto Pacs.

ECONOMIA EXISTE COM GENTE VIVA: Posicionamento da Rede Jubileu Sul Brasil frente à Conjuntura

Rede Jubileu Sul Brasil

Antes mesmo da pandemia de COVID-19 chegar ao Brasil, já vivíamos um tempo de conjuntura extremamente desafiadora. Tínhamos a clareza de que a classe dominante se aproveitaria do momento de crise para implementar uma nova rodada de contrarreformas privatistas; que o ataque corporativo estimulado pelo Estado contra comunidades e territórios, assim como a movimentos sociais e lideranças de base, cresceria a cada dia; que se intensificaria também a criminalização dos setores em luta, acompanhada da chantagem dos grandes investimentos que os agentes estatais e privados fazem para avançar em megaprojetos, desorganizando as resistências e se aproveitando da vulnerabilidade de comunidades que buscam condições de sobreviver a uma política colocada a serviço do sistema capitalista, para salvá-lo da sua própria crise.

De fato, vimos que a **pandemia fez avançar a agenda ultra neoliberal de perda de direitos. Entre os articuladores desta política há diferentes posicionamentos quanto à execução do isolamento físico, como método para mitigar o avanço de contágio da COVID-19, mas no fundo o objetivo de suas ações é o mesmo: aprofundar a agenda de retirada de direitos da classe trabalhadora.**

Dentre as medidas já colocadas em ação está a aprovação, a toque de caixa, da Proposta de Emenda à Constituição 10/2020, chamada de 'PEC do Orçamento de Guerra' na qual o governo federal, sob o pretexto de combater a pandemia, congela o salário dos

servidores públicos e prevê a liberação de cerca de mais de R\$1 trilhão para comprar papéis podres dos bancos e a recém autorização dada pelo Congresso de emissão de mais R\$340 bilhões em títulos da dívida pública. Outro destaque na retirada de direitos dos trabalhadores/as, está na proposta de diminuição abrupta do Auxílio Emergencial, que hoje é de R\$ 600 para R\$ 200 reais, retomando o valor proposto inicialmente pelo governo federal. Junte-se a isso, a grande morosidade de análise dos pedidos e a negação de concessão do Auxílio sem justificativa plausível. Além da preocupante retirada de decretos de controles sobre armas e munição.

Exemplo bastante emblemático de utilização da crise para beneficiar a classe dominante, foi a tentativa de votação da Medida Provisória (MP) 910, transformada em Projeto de Lei (PL) 2633, que pretendem favorecer grileiros que roubam terras públicas e desmatam ilegalmente florestas, principalmente da Amazônia e do Cerrado. **Enquanto o governo se desresponsabiliza com a crise na saúde, tendo à frente um general sem qualquer tipo de formação na área, cresce a pandemia nas periferias urbanas e se expande para o interior, onde as cidades não têm estrutura para atendimento à população.** Onde as famílias tentam se organizar frente ao agravamento da crise, recebe em troca do Estado tiros que assassinam corpos, principalmente negros, como do garoto João Pedro, de 14 anos, que se encontrava dentro de casa com sua família ou Rodrigo Cerqueira, de 19 anos que foi assassinado enquanto distribuía quentinha em uma favela, ambos no Rio de Janeiro.

Os fatos não mentem. **A escolha desse governo é pela morte, como critério infalível de retirar do país os indesejáveis.** A forma como vêm sendo discutidos repasses de recursos para os Estados – a partir de negociações políticas por cargos e votos no Congresso Nacional – deixa claro que não são as vidas que importam. **O governo Bolsonaro está totalmente alinhado com os interesses do grande capital.** Os territórios das comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas, em particular na Amazônia, estão sendo apropriados descaradamente por grandes empresas da mineração e do agronegócio.

Seu Ministro do Meio Ambiente disse claramente, na reunião cujo vídeo foi tornado público, que está na hora de abrirem as portei- ras para a destruição do meio ambiente, enquanto está todo mundo preocupado com a pandemia. Assim como o Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta mesma reunião que é o momento de privatizar, vender tudo, e salvar as grandes empresas para ganhar dinheiro com elas, e que apoiar os pequenos empreendimentos, é perder dinheiro. **É um governo que desrespeita as pessoas, os servidores públicos, e agrada aos bancos e à Bolsa de Valores que respondeu com alta das ações após tal reunião.**

Frente a essa realidade, A Rede Jubileu Sul Brasil indica o que considera, nesse momento, essencial para manter vidas com digni- dade:



Suspensão imediata da Emenda Constitucional 95, que limita o teto dos gastos sociais até 2036;

Taxação sobre grandes fortunas. Seriam arrecadados entre R\$ 30 e R\$40 bilhões por ano;

A conversão do pagamento de juros e amortizações das dívi- das públicas em ações de políticas sociais;

Ampliação do prazo de pagamento do Auxílio Emergencial, com o valor de R\$ 600 reais até, no mínimo, dezembro de 2020, podendo ser transformada em política permanente;

Não realizar mais dívidas para pagar as contas correntes. Como alternativa, pode-se emitir moeda. Exemplo disso foi a crise de 2008, que com o grande aporte de moedas nos mercados internos não produziu inflação;



Congelamento dos preços dos itens essenciais da cesta básica brasileira e produtos de higiene e limpeza;

Anistia nas cobranças de luz, água e aluguel para famílias de baixa renda.

Em todas as partes do mundo as repostas dos governos têm sido, na sua maioria, ampliar os gastos públicos como forma de garantir aportes emergenciais para trabalhadores/as. No Brasil, o governo federal caminha na contramão, colocando o país em um isolamento internacional deixando sua população sem acesso a direitos. Onde vamos parar? Precisamos mudar o rumo dessa história.

Somamo-nos às vozes do #NemBolsonaroNemMourão e no pedido de julgamento da cassação da Chapa eleita em 2018 para, de fato, retomarmos nosso destino. A Rede Jubileu Sul Brasil desta forma, junta-se ativamente às *campanhas pela revogação da EC 95, à campanha pela taxaço de fortunas, à construção da 6. Semana Social Brasileira “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho” e à Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, exigindo a anulação das eleições presidenciais de 2018 junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)*. Assim, também vem se somar ao fortalecimento das lutas, resistências e alternativas de vida digna desde os povos da América Latina e Caribe.

A Vida acima do Lucro!

Economia existe com Gente Viva!

A Vida Acima da Dívida!

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: TRABALHO, RECIPROCIDADE E AUTOGESTÃO

Roberto Marinho Alves da Silva*

A economia, enquanto expressão do conjunto de atividades da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, é uma importante dimensão da vida social, pois envolve tanto os processos de trabalho quanto as relações sociais que os seres humanos realizam para satisfação das suas necessidades, com implicações na vida social e política. A forma de solucionar a relação entre satisfação de necessidades e os recursos define os sistemas econômicos que regulam e influenciam o cotidiano da vida das pessoas, dos países e do mundo, gerando situações de igualdade ou desigualdade.

Na sociedade em que vivemos, o sistema econômico que predomina é o da acumulação do capital: as riquezas socialmente produzidas são concentradas de forma privada pelos proprietários do capital, gerando a desigualdade social. O controle e a reprodução das sociedades capitalistas dependem de instituições políticas e administrativas que organizam o exercício do poder, de um aparato repressivo e jurídico para garantir a aplicação de leis e uma base ideológica para justificar a forma de organização social.

No entanto, ao longo da história, surgiram vários movimentos de contestação ao sistema do capital que lutam por direitos sociais e propõem outra forma de organização da sociedade a partir de valores da justiça e da igualdade. Trata-se de reintroduzir na economia valores e princípios de cooperação pelo trabalho e compartilhamento de bens.

As práticas e valores da economia popular solidária (EPS) possuem raízes profundas na trajetória da humanidade, presentes em formações sociais ancestrais. No século XVIII, em um contexto socioeconômico de extrema exploração do trabalho durante a revolução industrial, essa outra economia floresceu por meio das primeiras cooperativas. Nas últimas décadas do século XX, em reação ao crescente desemprego, o trabalho associado passou a ser uma opção para obter trabalho e renda e melhorar as condições de vida de pessoas em situação de exclusão socioeconômica. No campo, os movimentos sociais de luta pela terra também promoveram iniciativas produtivas inovadoras com base em práticas de cooperação agrícola, de agroecologia e de resistência de povos e comunidades tradicionais, entre outras.

Até 2013, o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), havia identificado mais de 33 mil empreendimentos econômicos solidários (EES), com a participação de mais de 2 milhões de pessoas associadas que se dedicavam a realizar atividades de produção, comercialização, consumo, crédito e serviços financeiros. Nessas iniciativas, é possível identificar três características fundamentais da EPS: trabalho em cooperação, reciprocidade orientada ao Bem Viver e a autogestão.

O trabalho humano expressa a incessante e consciente transformação do mundo ao seu redor e está na base da nossa “humanização”, possibilitando o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades que vão se acumulando. Com o avanço das forças produtivas e da geração de excedentes, o trabalho passou a ser tratado como componente do processo produtivo, para geração e acumulação de riqueza da classe dominante. No entanto, a história humana é marcada por lutas de resistência e de emancipação de homens e mulheres diante das condições de exploração do trabalho e da subordinação social e política. A EPS expressa, portanto, o resgate do valor do trabalho: a emancipação do trabalho humano com base em uma nova racionalidade econômica de planejar, produzir, distribuir e consumir de forma associativa e sustentável.

Na economia de mercado capitalista, tudo se transforma em mercadoria (alimentação, saúde, educação, conhecimento, etc.), a ter um valor de troca medido monetariamente. A remuneração do capital passou a ser a principal motivação das atividades econômicas, subordinando as demais relações sociais, políticas e culturais. A competição sem limites, o interesse individual acima de tudo, a eficiência e o sucesso nos negócios são exemplos dessa “colonização” promovida pelo capitalismo. Porém, nem sempre foi assim e não tem que ser necessariamente assim. Diversos povos e comunidades originários praticam uma economia com base em outros valores de reciprocidade, de justiça e de solidariedade. As iniciativas de EPS são espaços de resistência de práticas e valores de solidariedade, onde as atividades econômicas incluem a preocupação com a natureza, com a satisfação das necessidades do conjunto da comunidade e com o fortalecimento das relações de solidariedade.

A base da exploração do trabalho e da acumulação privada da riqueza é a separação entre o trabalhador e os meios sociais necessários à produção. Trata-se de um processo de alienação no qual tanto o processo de trabalho quanto o seu produto não pertencem mais aos que o realizam. Para maximizar o lucro dos proprietários, as relações de produção capitalista tendem a ser autoritárias e antagônicas. O trabalho é subordinado exatamente porque não é o trabalhador ou trabalhadora quem vai planejar o que deve ser produzido; por que ou para que produzir; como produzir; para quem produzir, etc. No entanto, ao longo da história, sempre ocorreram lutas de resistência contra essas situações de opressão, exploração e subordinação do trabalho ao capital. Nas iniciativas de EPS as relações sociais de produção pautam-se por um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas de coordenação das ações produtivas e nas decisões sobre a aplicação e distribuição dos resultados. No entanto, a autogestão é um grande desafio, considerando a cultura predominante na vida social é a da subordinação e do autoritarismo, o que requer um processo de constante aprendizado coletivo.

Apesar dos valores e práticas inovadores, as iniciativas da EPS enfrentam enormes barreiras econômicas, institucionais e tributárias que limitam a plena expansão de suas capacidades. A recente expansão das políticas públicas de EPS no século XXI foi possível a partir da mobilização popular e da adesão de governos com perfil democrático e popular. Hoje, essas conquistas estão sob forte ameaça, o que requer maior capacidade política das forças organizadas da EPS, enquanto parte de um movimento mais amplo de democratização da sociedade brasileira.

***Roberto Marinho Alves da Silva**, é graduado em Filosofia Licenciatura Plena, mestrado em Ciência Política e doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Atuou no Governo Federal na gestão de políticas públicas de trabalho e economia solidária (2003 - 2016).



Perguntas geradoras:

Como podemos ampliar e fortalecer a EPS na resistência ao totalitarismo neoliberal e como estratégia de construção de uma sociedade do Bem Viver?

SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA: DESAFIOS PARA A SUPERAÇÃO DESSE MODELO ATUAL

Maria Lucia Fattorelli*

A Economia, enquanto ciência fracassou! Na imensa maioria dos países, ao contrário de modelos econômicos que garantam a melhor aplicação possível dos recursos existentes, de forma a adequá-los às necessidades humanas, sociais e econômicas, assistimos o aumento brutal da miséria e dos danos ambientais decorrentes da exploração desenfreada das riquezas minerais, enquanto aumentam também os lucros dos bancos e a exacerbação da concentração de renda e da riqueza nas mãos de pouquíssimos!

Esse resultado é uma simples fatalidade? Ou decorre de uma escolha de modelo econômico que produz esse resultado?

E no Brasil: o que separa o cenário de escassez de nossa realidade de abundância?

Essa reflexão é urgente e necessária, pois é preciso criar outro modelo econômico, que coloque o ser humano no centro, como tão bem tem manifestado o Papa Francisco em diversas ocasiões.

Brasil: realidade de abundância e cenário de escassez

O Brasil é campeão mundial em injustiça social, pois aqui o fosso social - distância entre ricos e miseráveis - é a mais cruel do planeta. Ocupamos o 79o lugar no Índice de Desenvolvimento Humano medido pela ONU .

Esse cenário de escassez é inaceitável, porque o Brasil é atualmente a 9a maior economia mundial e nossa realidade é de extrema abundância, com riquezas naturais impressionantes, sob todos os aspectos: petróleo, nióbio e diversos minerais estratégicos; água

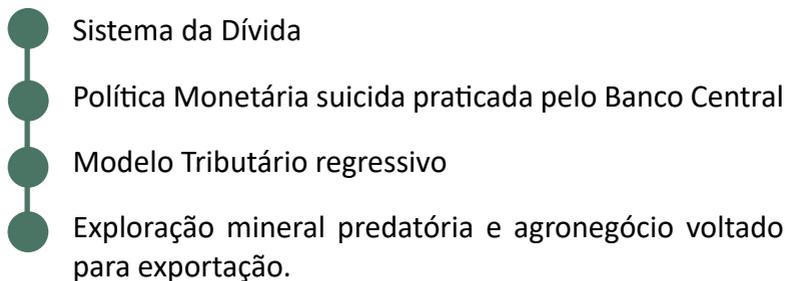
doce; terras agricultáveis, clima favorável; florestas, cerrados, praias; matrizes energéticas; riqueza humana, cultural etc. Também possuímos grande volume de riquezas financeiras: Reservas Internacionais de US\$ 350 bilhões ; R\$1,2 trilhão esterilizado no Banco Central, remunerando ilegalmente a sobra de caixa dos bancos, além de um “colchão de liquidez” de R\$1,27 trilhão acumulado na Conta Única do Tesouro . Adicionalmente, temos imenso potencial de arrecadação tributária e dívida ecológica atual e histórica por cobrar!

Nossa realidade de abundância nada tem a ver com o escandaloso cenário de escassez a que temos sido submetidos!

O que separa a realidade de abundância do cenário de escassez?

O cenário de escassez não é obra do acaso, mas é construído e sustentado pelo modelo econômico adotado no país.

A tarefa dos movimentos sociais é identificar os principais eixos desse modelo equivocado, tais como:

- 
- Sistema da Dívida
 - Política Monetária suicida praticada pelo Banco Central
 - Modelo Tributário regressivo
 - Exploração mineral predatória e agronegócio voltado para exportação.

A superação do modelo atual exige o enfrentamento desses temas, com ampla participação social. Nesse artigo, vamos focar nos 2 primeiros tópicos, deixando indicados alguns artigos sobre os demais.

Atuação do “Sistema da Dívida” e sua relação com a política monetária do Banco Central

A experiência à frente da Auditoria Cidadã da Dívida, ao longo de quase 2 décadas, atuando no país e exterior, me permitiu criar

a expressão Sistema da Dívida, pois, em todas as oportunidades, detectamos a geração de dívida pública sem contrapartida alguma, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, a dívida tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro.

A dívida gerada de forma espúria tem sido o principal alimento do capital financeiro, e decorre de diversos mecanismos fraudulentos.

Até mesmo o liberal economista americano Jeffrey Sachs chegou a afirmar, em 2012, que “em toda parte estamos assistindo a uma epidemia de comportamentos criminosos e corruptos nos vértices do capitalismo. Os escândalos bancários não representam exceções nem erros, são fruto de fraudes sistêmicas, de uma avidez e arrogância sempre mais difundidas”.

No Brasil, identificamos diversos mecanismos ilegais e ilegítimos que geram dívida sem contrapartida, em especial:

- (A) a histórica prática de juros elevadíssimos, sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política, além da incidência de juros sobre juros (Anatocismo), que fazem a dívida se multiplicar por ela mesma;
- (B) a remuneração diária da sobra de caixa dos bancos pelo BC, sem previsão legal. A maioria das pessoas não sabe que o Banco Central gasta uma fortuna, todo ano, para remunerar bancos ilegalmente! Em 10 anos (2009 a 2018) essa operação ilegal custou cerca de R\$ 1 trilhão de reais aos cofres públicos! Além desse rombo enorme, essa operação gera escassez de moeda, que fica esterilizada no Banco Central,

provocando elevação brutal das taxas de juros de mercado para quem precisa de empréstimo (pessoas, empresas e até governos), amarrando o funcionamento de toda a nossa economia.



os contratos que o BC faz com privilegiados sigilosos para garantir a variação do dólar. No final de 2019, o BC torrou mais de 37 bilhões de dólares de nossas reservas internacionais, dos quais, mais de 33 bilhões de dólares, ou seja, cerca de R\$140 bilhões, foram gastos com esses contratos sigilosos, que têm o nome de SWAP CAMBIAL, repudiadas até em representação do TCU conforme TC-012.015/2003-0.



novo mecanismo denominado “Securitização de Créditos Públicos” está sendo implantado em diversos estados e municípios no Brasil de forma ilegal, pois o PLP 459/2017 e a PEC 438/2018, que pretendem “legalizar” tal esquema fraudulento ainda não foram aprovados.

Tal mecanismo é gravíssimo, pois gera dívida pública disfarçada e inconstitucional, a qual é paga por fora, com recursos arrecadados de contribuintes, desviados durante o seu percurso pela rede bancária e sequer alcançarão o orçamento público, por isso a Auditoria Cidadã da Dívida tem pressionado parlamentares.

A dívida pública gerada por esses mecanismos tem sido a justificativa para as privatizações, cortes de gastos e investimentos sociais, teto de gastos, contrarreformas, travando completamente o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Os principais responsáveis por essa atuação distorcida, que denominamos Sistema da Dívida, é o poder financeiro mundial, encabeçado pelo BIS, FMI, Banco Mundial, Bancos Centrais e grandes bancos privados nacionais e internacionais.

Enquanto geram dívida para a sociedade pagar, tais mecanismos transferem imensos ganhos para o setor financeiro, que bate

sucessivos recordes de lucros, apesar da “crise” que assola a economia real.

O privilégio do Sistema da Dívida vem aumentando após a aprovação da EC 95/2016 (que deixou as despesas financeiras com a chamada dívida pública fora do teto de gastos) e afeta também os orçamentos de estados e municípios.

Sequer sabemos para quem destinamos quase a metade do orçamento federal, consumido com o pagamento de juros e amortizações da dívida a beneficiários sigilosos.

CONCLUSÃO

É incontestável o tremendo privilégio do Sistema da Dívida, que tem transformado o Estado brasileiro em um instrumento a serviço do poder financeiro transnacional, às custas do atraso de nosso próprio desenvolvimento socioeconômico, sendo imprescindível a popularização do conhecimento que vem sendo produzido pela Auditoria Cidadã da Dívida.

A fim de desmontar o inaceitável cenário de escassez existente no Brasil, precisamos modificar o modelo tributário para que se transforme em instrumento efetivo de justiça fiscal e distribuição de renda; alterar a política monetária para que atue em favor dos interesses do país e do povo, e não apenas do setor financeiro; reverter completamente a exploração mineral predatória e agronegócio voltado para exportação, e enfrentar o Sistema da Dívida por meio de auditoria integral, com participação cidadã, interrompendo esse processo de sangria de recursos e submissão aos interesses do mercado financeiro.

Nosso desafio é desmascarar esse inaceitável cenário e construir juntos outro modelo econômico que coloque o ser humano no centro, e que respeite a nossa Mãe Terra, como tão bem vem dizendo o Papa Francisco.

***Maria Lucia Fattorelli** é coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Membro da Comissão de Auditoria Oficial da dívida Equatoriana, nomeada pelo Presidente Rafael Correa (2007/2008). Assessora da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados Federais no Brasil (2009/2010). Membro da Comissão de Auditoria da Dívida da Grécia, convidada pela Presidente do parlamento Helênico, deputada Zoe Konstantopoulou (2015). Membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB (CBJP).

Referencias

<http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>

<https://g1.globo.com/economia/noticia/5-bilionarios-brasileiros-concentram-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-no-pais-diz-estudo.ghtml>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html

Recentemente, no final de 2019, o Banco Central torrou mais de 37 bilhões de dólares de nossas reservas internacionais, dos quais, mais de 33 bilhões de dólares, ou seja, cerca de R\$140 bilhões, foram gastos com esses contratos sigilosos, que têm o nome de SWAP CAMBIAL. Ver artigo completo em <https://monitordigital.com.br/o-que-esta-por-tras-da-independencia-do-banco-central>

TERRA, TRABALHO E DINHEIRO NO CONTEXTO DE UMA ECONOMIA HUMANA E ECOLOGICA

Guilherme C. Delgado*

Uma sequência de manifestações muito claras no pontificado do Papa Francisco, desde a “Evangelli Gaudium” no início, passando pela “Laudato Si” em 2015, por vários pronunciamentos aos movimentos populares entre 2014 e 2019, enfatiza a preocupação com a economia, pelas suas implicações na vida humana. Houve até em meados de 2019 um documento específico - “Economicae et Pecuniariae Questiones”, da Congregação para Doutrina da Fé, sobre o tema.

Agora, em 2019/2020, o Papa faz apelo direto e explícito, em Mensagem que denominou “Economia de Francisco”, associada a um instigante conjunto de disjuntivas, de uma economia que ... ***faz viver e não mata, inclui e não exclui... cuida da criação e não depreda.*** Referida Mensagem, de primeiro de maio de 2019, convida economistas e empresários para um evento em Assis (Itália), entre 26 e 28 de março de 2020, com objetivo de refletir – e praticar – sobre transição econômica, sobre questões diretamente incidentes no título deste artigo, já abordadas em falas anteriores do pontificado e principalmente repostas pelo evoluir dos acontecimentos históricos desde então.

Seja nas proféticas falas de Francisco, seja na história do tempo presente, há desafios cruciais impostos pela economia real, como sejam o do triplo “d” - desemprego estrutural, desigualdade econômica e social e depredação ambiental, que já nesta segunda década

do século 21 explicitam o lado sombrio da disjuntiva econômica proposta por Francisco, interpelando-nos a respostas tanto imediatas, quanto de longo curso.

Por sua vez, o que há de mais instigante na ideia ou metáfora da “Economia de Francisco” é a proposta implícita de transição para uma economia humana e ecológica, que tem por referência direta a figura de Francisco de Assis, cuja fonte de inspiração primordial é o próprio Jesus de Nazaré.

Nesse sentido, vale a pena explicitar três transições necessárias, de longo curso, mas que precisam se iniciar desde já ou até de antes, e que tem tudo a ver com missão da Igreja, como de todos os homens de boa vontade, dentro ou até fora das Igrejas, mas atentos aos destinos da humanidade.



A primeira e mais urgente travessia, é a abordagem do paradigma ecológico, muito bem tratada no Encíclica *Laudato Si'*, de 2015. A mudança de mentalidade com relação à terra planetária revela-se aí muito explícita. Da utilização dos bens e criaturas da natureza como se fossem matéria-prima disponível para uso privado, estritamente subordinado aos interesses mercantis; para um paradigma do usufruto social, comum e necessariamente cuidadoso para com os tempos, ritmos reprodutivos das forças da natureza, temos posto um desafio grave, a requerer muitas adesões nos campos econômico, social e cultural (transição energética, transição hídrica, transição alimentar etc.), sob riscos óbvios de catástrofes naturais de toda espécie, na esteira das mudanças climáticas.

02

A segunda transição relevante tem a ver com o trabalho humano, ora submetido a duro processo de desemprego estrutural – aberto e disfarçado, a escola global; e ainda mais grave nos países do Sul. Ondas sucessivas de inovação tecnológica, estritamente vinculadas ao utilitarismo individual; ao lado da crescente concentração de renda e riqueza no contexto de uma mentalidade de autossuficiência dos mercados – destroem os empregos, a renda do trabalho e as condições de subsistência da maior parte da população.

Relações de trabalho novas precisam ser criadas ou recriadas para a massa de trabalhadores que são tornados prescindíveis às necessidades da expansão da chamada economia capitalista formal.

A chamada economia informal, adensada pelos desempregados e subocupados, tanto urbanos quanto rurais, que já representava no Brasil 44% População Economicamente Ativa em 2010 (Censo Demográfico de 2010), não parou de crescer desde então, situa-se hoje em mais da metade da PEA.

Verdadeiras reformas de relações de trabalho são necessárias, por um lado, na linha da cooperação, autogestão e solidariedade, visando apoiar grupos organizados de trabalhadores, sem desmontar as estruturas de proteção criadas pela CF de 1988.

03

Uma terceira linha de transição tem direta incidência com a categoria dinheiro – que completa o tripé terra, trabalho e dinheiro, inspirado na obra do antropólogo Karl Polanyi.

Do ponto de vista ético-econômico a abordagem do tema convida-nos a considerar as crises financeiras sucessivas das últimas três décadas, cada vez mais frequentes e intensas, com destaque à de 2008, que com diferentes defasagens atingiu e ainda atinge todas as regiões do mundo neste último decênio. Essas crises evidenciam sinais evidentes de

uma doença econômica, diagnosticada ainda nos anos 30 do século passado, como de preferência pelo dinheiro líquido, promovendo e paralisando o próprio tecido econômico na pura especulação financeira.

Sobre esse tema há uma importante abordagem in “Economicae et Pecuniariae Questiones”, do Vaticano, em meados de 2018, denunciando algo que na linguagem teológica do Papa Francisco denomina-se de idolatria do dinheiro, protegida nos paraísos fiscais e pela virtual dominância dos sistemas de finanças públicas pelos mercados financeiros globalizados.



As três transições de longo curso estão implícitas na Mensagem do Papa Francisco de primeiro de maio de 2019 e explícitas em vários outros documentos eclesiais citados. Clamam por aprofundamento ético teológico da economia humana e ecológica, porque, como fica cada vez mais claro, essa mudança de mentalidade econômica e cultural é uma espécie de longa travessia, à imagem e semelhança do “cativeiro à libertação”, para o que estamos sendo convidados a participar e reconstruir caminhos; mas, infelizmente, também impelidos pelo estado de necessidade e repelidos pelos interesses imediatos da economia real.

***Guilherme Delgado** é doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Trabalhou durante 31 anos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“

Este nosso encontro responde a um anseio muito concreto, a algo que qualquer pai, qualquer mãe, quer para os próprios filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais distante da maioria das pessoas: *terra, casa e trabalho*

”

Mensagem do papa Francisco aos Participantes no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, 28 de outubro de 2014.





SSBrasileira



ssb.org.br

APOIO:

